

DANIEL AARÃO REIS

A revolução que mudou o mundo

Rússia, 1917



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2017 by Daniel Aarão Reis

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 2009.

Capa

Guilherme Xavier

Ilustração de capa, lombada e quarta-capa

Print Collector/ Getty Images

Caderno de fotos

Claudia Espínola de Carvalho

Pesquisa iconográfica

Giovana Faviano

Preparação

Cláudia Cantarin

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Huendel Viana

Clara Diamant

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Reis, Daniel Aarão

A revolução que mudou o mundo : Rússia, 1917 / Daniel Aarão

Reis — 1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2017.

ISBN 978-85-359-2980-5

1. Rússia — História — Revolução, 1917-1921 1. Título.

17-07313

CDD-947.0841

Índice para catálogo sistemático:

1. Revolução Russa, 1917-1921 : História

947.0841

[2017]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Em ambos os lados, o dano deve ser feito antes que o bem possa aparecer — as revoluções não são feitas com água de rosas.

Lord Byron

É um argumento dos aristocratas, esse dos crimes que uma revolução implica. Eles esquecem-se sempre dos que se cometiam em silêncio antes da revolução.

Stendhal

Se você pegar o mais ardente dos revolucionários, e der a ele um poder absoluto, num ano ele será pior do que o próprio tsar.

Mikhail Bakunin

Todas as revoluções modernas contribuíram para o fortalecimento do Estado.

Albert Camus

Sumário

<i>Introdução</i>	11
-------------------------	----

PARTE I — O CICLO DAS REVOLUÇÕES RUSSAS, 1905-1921

1. As revoluções russas: 1917-1921	17
2. A Revolução de Fevereiro de 1917	50
3. De março a agosto: as crises revolucionárias	63
4. A Revolução de Outubro	87
5. As guerras civis (1918-1921): uma revolução na revolução?	110
6. A Revolução de Kronstadt	132

PARTE II — OS ATORES ESQUECIDOS

1. Os camponeses e as revoluções russas	147
2. As mulheres e as revoluções russas	169

Sobre os anos vermelhos (1917-1921): características e legados	188
---	-----

<i>Notas</i>	195
<i>Referências bibliográficas</i>	205
<i>Glossário</i>	211
<i>Cronologia</i>	215
<i>Créditos das imagens</i>	227
<i>Índice remissivo</i>	229

Introdução

O presente livro está dividido em duas partes.

A primeira, dedicada ao ciclo das revoluções russas, compreende seis capítulos.

O primeiro esboça um panorama das revoluções que, encaixadas, configuraram as transformações que fizeram da Rússia tsarista a sociedade soviética. São objeto de reflexão a Revolução de 1905; o período que se estende entre 1906 e 1917; as duas revoluções desse ano, a de fevereiro e a de outubro, além das guerras civis que efetuaram mutações novas, e decisivas, entre 1918 e 1921, e, finalmente, a Revolução de Kronstadt, em março de 1921, cuja derrota ofereceria a derradeira mão para que o quadro do socialismo soviético ganhasse nitidez.

O segundo capítulo analisa especificamente a Revolução de Fevereiro de 1917, seu caráter e principais aspectos.

O terceiro passa em revista as crises sucessivas do ano de 1917, as quais preparam as condições para o advento da Revolução de Outubro.

O quarto capítulo trata dessa insurreição e aborda os princi-

país decretos aprovados pelo II Congresso Panrusso dos Sovietes de Deputados Operários e Soldados, bem como o debate a respeito do caráter da revolução.

O quinto analisa as guerras civis, consideradas em sua pluralidade porque foram diferentes em escopo e caráter e também porque ensejaram novas transformações.

Fecha o ciclo uma reflexão sobre a Revolução de Kronstadt. Seu esmagamento e a rejeição de seu programa democrático estabeleceriam um marco — e um caminho — do qual o socialismo soviético não mais se apartaria.

A segunda parte elege como objeto de estudo dois atores sociais extremamente relevantes, majoritários na sociedade, mas a respeito dos quais pairou, e ainda paira, certo silêncio: os camponeses e as mulheres.

Os primeiros, os mujiques russos, suas características, programas e contribuição ao processo revolucionário, de 1905 a 1921, são objeto do primeiro capítulo. O segundo considera as mulheres, a chamada “segunda metade do céu”, as formas e propostas com que tomaram parte nas revoluções.

Há, ainda, à guisa de considerações finais, algumas reflexões sobre as características gerais dos processos históricos estudados e sobre o legado, cem anos depois, deixado pelos anos “vermelhos” da segunda década do século XX.

Fecham o volume uma bibliografia, um glossário e uma cronologia, relacionados ao período compreendido entre 1905 e 1921.

Em relação à datação, cabe uma observação: ao longo dos capítulos das partes I e II adotou-se como referência o calendário juliano, vigente na Rússia até 1º de fevereiro de 1918, quando o governo revolucionário procedeu à conversão ao calendário gregoriano, adotado então no país.

Finalmente, cabe acrescentar que foi meu intuito, com estes

ensaios, suscitar e considerar as principais controvérsias políticas e historiográficas a respeito desse sempre polêmico tema. Se contribuir para a reflexão crítica das revoluções russas, o livro terá alcançado seu objetivo.

PARTE I
O CICLO DAS REVOLUÇÕES RUSSAS
1905-1921

1. As revoluções russas: 1917-1921

As avaliações críticas e as comemorações que certamente terão lugar neste ano pelo primeiro centenário das duas revoluções russas de 1917 não deveriam velar um processo histórico mais amplo que se estende de janeiro de 1905 até março de 1921. É só então, com a assinatura da Paz de Riga, em 18 de março de 1921, e o esmagamento da insurreição de Kronstadt, no mesmo ano, que se completa o ciclo revolucionário constituído por cinco grandes acontecimentos: a Revolução de 1905; as Revoluções de Fevereiro e de Outubro de 1917; as guerras civis, de 1918 a 1921; e a Revolução fracassada de Kronstadt.

Assim, sem subestimar a importância capital das revoluções de fevereiro e de outubro, trata-se de compreendê-las como elos decisivos de um processo mais amplo, de que fazem parte outros marcos cronológicos — também fundamentais na formação de um novo modelo revolucionário, inédito: o comunismo russo.

A REVOLUÇÃO DE 1905

Recuperar a revolução iniciada em janeiro de 1905, que se estenderia até o fim desse ano, é importante porque muitas de suas configurações e experiências de luta e de organização seriam retomadas em 1917.

Quando eclodiu a Revolução de Fevereiro de 1917, ainda estavam bem vivos na memória tanto daqueles que participaram dos movimentos sociais como das lideranças políticas — conservadoras e revolucionárias — os acontecimentos de 1905. Não gratuitamente, a partir de 1917, muitos passariam a considerar a primeira revolução um “ensaio geral”, uma metáfora literária, sem dúvida — porque a história é sempre única —, mas, neste caso, adequada, porque de fato as experiências de 1905 inspirariam e condicionariam algumas ações e decisões tomadas a partir de fevereiro de 1917.

A Revolução de 1905 originou-se no ventre de uma guerra iniciada em fevereiro de 1904, quando o governo japonês atacou, sem declaração prévia, a base naval russa de Port Arthur, no nordeste da China. Foi um conflito de natureza bem diversa daquele que atingiria a Europa a partir de agosto de 1914 e que desempenharia um papel crucial na explosão revolucionária de 1917. Tratava-se de uma disputa, regionalmente localizada, entre o velho e declinante Império Russo e o ascendente e dinâmico imperialismo japonês por territórios e áreas de influência na Coreia e na Manchúria. Embora acionado, o nacionalismo russo teve poucas chances de se tornar relevante como fator de coesão das gentes, uma vez que o território russo não estava ameaçado nem eram claras as razões e desrazões daquele conflito.

Entretanto, a guerra tensionou os recursos econômicos e militares da Rússia, disparando um conjunto de contradições sociais e políticas que desembocaram, no contexto de movimentos

grevistas, numa grande manifestação pública, em 9 de janeiro de 1905,* diante do Palácio de Inverno, em São Petersburgo, sede e centro do poder imperial russo. Embora não animados por propósitos revolucionários, os manifestantes foram recebidos a bala, e a multidão dispersou-se em meio a milhares de mortos e feridos. A matança passou para a história como o domingo sangrento, ponto de partida para a Revolução de 1905. E ao longo desse ano, enquanto o poder imperial parecia imobilizado ou impotente, houve uma surpreendente e notável convergência de movimentos sociais.

Ainda que reprimidos, os operários protagonizariam três grandes ondas de greves políticas — em fevereiro, maio e setembro. Além de melhores condições de vida e de trabalho, exigiam-se a derrubada da autocracia e a eleição de uma Assembleia Constituinte para inaugurar um regime republicano. Foi no contexto dessas manifestações que surgiu, num centro industrial ao norte de Moscou, uma organização original — o conselho de deputados operários ou soviete, uma palavra russa que se tornaria conhecida em todo o mundo. Por dificultar a repressão sobre lideranças populares visíveis, essa forma de organização ágil e flexível se disseminou rapidamente e foi adotada em outras cidades, como São Petersburgo e Moscou, com papel central no incentivo e na articulação dos demais movimentos populares na cidade e no campo.

* O calendário juliano foi formulado por Júlio César, em 46 a.C. Já o calendário gregoriano, formulado pelo papa Gregório XIII, em 1582, tornou-se oficial, desde então, nos Estados europeus e em suas colônias. Entre os dois calendários, havia, no século XIX, uma defasagem de doze dias. No século XX, porém, a defasagem passou para treze dias. Assim, 9 de janeiro na Rússia correspondia a 22 de janeiro na Europa e onde mais o calendário gregoriano fosse adotado. Só a partir de fevereiro de 1918, por decisão do novo governo revolucionário, instituído em outubro do ano anterior, é que a Rússia adotou o calendário gregoriano. As datas dos acontecimentos ocorridos até então são aqui registradas segundo o calendário juliano. Na cronologia, ao fim do volume, são fornecidas as duas datas.

Desde a primavera daquele ano, despontaram também movimentos camponeses com suas reivindicações tradicionais — nacionalização das terras, sem indenização, e sua distribuição sob responsabilidade dos comitês agrários. Ao mesmo tempo, nas brechas, apareceu com força política o nacionalismo não russo, ameaçando a unidade do império, constituído por inúmeras nações — quase metade da população —, que suportavam mal a dominação moscovita, apelidada de “cárcere dos povos”. Adicionalmente, na esteira de grandes derrotas do Exército, em Mukden, e da Marinha de Guerra, no estreito de Tsushima, em fevereiro e maio de 1905, brotou o descontentamento de soldados e marinheiros, emblematicamente explicitado no motim do encouraçado *Potemkin*, em Odessa, no mar Negro, em junho daquele ano.

Entre as elites também reinava a cacofonia. Desde 1904, as profissões liberais organizavam-se em uniões e, em encontros públicos, proclamavam a necessidade de uma Assembleia Constituinte. Os moderados pensavam numa monarquia constitucional. Os mais ousados imaginavam a hipótese de uma república democrática.

Pressionada por todos os lados, em 1905 a autocracia pôs em prática duas iniciativas que a salvaram: assinou a paz com o Japão (Tratado de Portsmouth, em setembro) e, por meio de um manifesto, datado de outubro, prometeu a convocação de um parlamento (Duma), embora com poderes indefinidos, e garantiu a legalização de sindicatos e partidos políticos.

O fim da guerra neutralizou o descontentamento entre soldados e marinheiros e ensejou a reagrupação das Forças Armadas para a repressão dos movimentos sociais. As promessas de liberalização política dividiram e enfraqueceram as oposições. As tentativas de resistência e de aprofundamento do processo revolucionário foram derrotadas com o fechamento do Soviete de São Petersburgo¹ e a derrota de uma insurreição popular em Moscou, em dezembro.

Embora muitos revolucionários ainda esperassem novas ondas de manifestações, aquela revolução, como se evidenciaria mais tarde, estava vencida.

Ao longo do ano quente e agitado de 1905, surgiram grupos ou partidos políticos que, antes proibidos, foram organizados na clandestinidade e/ou no exílio europeu.

Entre as elites, os liberais editaram na Alemanha, a partir de 1902, a revista *Osvobozhdenie* (Liberação), baseados nas ideias de Konstantin Kavelin e de Boris Tchitcherin. Seus adeptos formaram, em 1905, o Partido Constitucional-Democrático, os kade-tes.² Partidários de uma monarquia constitucional, nos moldes de certos países europeus, organizada por uma Assembleia Constituinte, eram liderados por Pavel Miliukov e Piotr Struve. Outra ala, mais moderada, também se constituiu em partido: os chamados outubristas, por sua adesão sem reservas ao Manifesto do Tsar.

Entre os que se reivindicavam como representantes das classes populares, distinguiam-se três tendências. A mais expressiva — e mais forte, sobretudo no campo, mas presente também nas cidades — era constituída pela tradição populista russa.³ Fragmentada em distintos grupos, portadora de concepções e experiências diversificadas, em 1901 constituiu-se na clandestinidade como partido político, o Partido Socialista Revolucionário (SR), mas nunca chegou a ter uma estrutura unificada e centralizada. Os SRS valorizavam a vocação revolucionária camponesa e imaginavam evitar os horrores da civilização capitalista europeia por meio de uma revolução socialista pela nacionalização da terra e pelas tradições igualitárias do mujique, historicamente plasmadas na comunidade tradicional agrária, o *mir*. Politicamente, apoiavam a substituição da autocracia por uma república democrática, baseada numa Assembleia Constituinte livremente eleita pelo sufrágio universal.

Antes dos SRS, e desde os anos 1890, formaram-se na Polônia russa, e entre os artesãos e trabalhadores judeus, partidos e grupos

social-democratas de inspiração marxista. Mas foi só em 1898 que se fundou o primeiro partido socialista russo, o Partido Operário Social-Democrata Russo (Posdr), logo desbaratado pela polícia. Em 1903, no exterior, um segundo congresso refundou o partido, que, porém, renasceu enfraquecido, marcado por uma cisão resultante de critérios de organização — os bolcheviques, liderados por Vladímir Lênin, considerando as condições de repressão existentes no império tsarista, advogavam um partido nucleado e dirigido por militantes profissionais. Já os mencheviques, encabeçados por Julius Martov, apesar de reconhecerem a necessidade da luta clandestina, sustentavam a necessidade de uma organização baseada em critérios mais amplos e flexíveis. Independentemente de alas ou partidos, no entanto, todos os socialistas marxistas russos concebiam a revolução em duas etapas: na primeira, sob hegemonia da burguesia, a autocracia seria derrubada e então formada uma república democrática, na base de uma Assembleia Constituinte eleita pelo sufrágio universal. Na segunda etapa, os partidos políticos e os sindicatos socialistas colocariam na ordem do dia a questão da revolução social.

Na extrema esquerda do panorama político, existiam grupos anarquistas que, aliados aos demais socialistas na proposta de derrubar a autocracia tsarista, distinguiam-se deles na crítica à ideia de convocação da Assembleia Constituinte e à “partidocracia” que a vertebrava. Inclinavam-se à defesa da auto-organização das gentes e, desde o início, foram os mais fervorosos adeptos das organizações soviéticas.

Todos esses grupos e partidos, além de outros, sobretudo entre as nações não russas, participariam ativamente dos acontecimentos, ganhariam força com eles e se estabeleceriam como referências políticas incontornáveis.

No que diz respeito ao processo revolucionário de 1905, chamou a atenção dos contemporâneos a irrupção fulminante e

multifacetada de uma sociedade até então considerada amorfa e passiva. A questão de uma autocracia todo-poderosa que se poderia desfazer subitamente, perdendo capacidade de ação e de repressão, apontava para a necessidade de rever conceitos relativos à natureza do poder imperial russo.⁴

O movimento operário e sua capacidade de protagonizar greves políticas surpreenderiam os revolucionários russos e europeus, estimulando correntes radicais a repensar suas experiências e obrigando não poucos, inclusive na Europa Central e na Ocidental, a rever ou questionar concepções reformistas que gradativamente hegemonizavam os partidos e sindicatos social-democratas europeus desde a última década do século anterior.⁵ Por outro lado, a construção de organizações autônomas, os soviets, suscitaria receio entre as elites, admiração entre os partidários dos movimentos sociais e desconfiança entre os partidos políticos populares que viam nascer ali, potencialmente, um instrumento imprevisto, de difícil controle, que lhes escapava, em tese, das rédeas e ao qual deveriam, pelo menos em certa medida, adequar-se ou mesmo se subordinar.

Outros atores sociais — camponeses, nações não russas, marinheiros e soldados — surgiram com uma força considerável, suscitando a questão das alianças sociais nas estimativas e cálculos revolucionários. Em sentido inverso, a burguesia e as camadas médias da sociedade (funcionários profissionais liberais etc.), pensadas antes como aliadas potenciais na luta contra a autocracia, evidenciaram notável falta de apetite revolucionário, assustadas com o crescimento dos movimentos sociais e inclinadas a acordos com o regime tsarista, tão logo formuladas as primeiras concessões políticas, apesar do caráter vago das promessas anunciadas.

Assim, embora derrotada, a Revolução de 1905 deixou um terreno fértil de experiências sociais marcantes, que ficaram

gravadas na memória social, além de um roteiro para eventuais revisões conceituais a respeito dos rumos da luta revolucionária no contexto da autocracia russa.

Um primeiro elo.

Em algum momento, seria retomado no futuro?

O INTERREGNO: 1906-1914

Entre 1906 e 1914, a autocracia tsarista teve a seu dispor tempo para autorreformular-se. Altos dirigentes do sistema imperial tentaram empreender reformas, destacando-se Serguei Witte, que atuou como ministro de 1892 a 1903, e Piotr Stolypin, atuante de 1906 a 1911.⁶ O primeiro, antes de 1905, empreendeu políticas industrialistas, favoráveis à incorporação de capital europeu na economia russa, o que propiciaria, desde os anos 1890, um desenvolvimento capitalista notável. Em face da revolução, defendeu a paz com o Japão, desempenhando papel decisivo nas negociações diplomáticas, e propôs o trânsito da autocracia para uma monarquia constitucional, entre outras medidas. Mais tarde, também seria partidário do não ingresso da Rússia na Primeira Guerra Mundial porque via o conflito como um fator perigoso de desagregação social, econômica e política.⁷ Morreu em 1915, já sem ocupar cargos relevantes havia muitos anos e sem ter suas últimas opiniões acolhidas. Stolypin também exerceu altos cargos no poder tsarista e, como Witte, chegou à chefia do governo. Distinguiu-se por políticas de reforma agrária, destinadas à criação de uma classe próspera de pequenos agricultores, e em decorrência disso enfrentou grande resistência entre os conservadores russos. Morreu assassinado em 1911 num episódio não de todo elucidado, pois o homem que o matou era um agente duplo da polícia política e foi executado logo depois.

Do ponto de vista político, a autocracia permaneceu imune a

reformas. A Duma, que passou a funcionar em 1906, era escolhida por um sistema restritivo e elitista e nunca teve poderes efetivos, legislativos ou de controle do governo.⁸ Além disso, o tsar podia desconvocá-la ou dissolvê-la quando lhe aprouvesse.⁹ Os partidos socialistas, em suas diferentes alas, chegaram a ter representantes eleitos que desempenhavam funções de agitadores e propagandistas, mas se frustraram as expectativas de que o Parlamento pudessem assumir um papel significativo na história do Império.

Entre 1906 e 1910, os que pretendiam mudar a sociedade e o poder enfrentaram tempos áspersos. Era como se não houvesse brechas nas muralhas da autocracia. Depois, pouco a pouco, surgiram movimentos reivindicatórios, dispersos. Eles cobrariam dinamismo a partir das greves nas minas de ouro do rio Lena, em 1912, quando um massacre perpetrado pela polícia, em abril, resultou em centenas de mortos e feridos. Ainda assim, em 1913, durante as comemorações do tricentenário da dinastia dos Romanov, a autocracia parecia imbatível.

No primeiro semestre de 1914, porém, a curva ascendente das greves anunciava movimentos populares revigorados. Quando se iniciou a guerra, em agosto daquele ano, Lênin a saudou como o “melhor presente” que o tsar poderia dar ao movimento popular e aos revolucionários. Ele pensava com esperança, assim como faziam diversos líderes conservadores, em chave invertida, com inquietação, no potencial desagregador que uma guerra de vastas proporções poderia suscitar na sociedade russa. Entretanto, o chamado à defesa da pátria obteve respostas tanto empolgadas quanto resignadas. Não se tratava, como em 1904, no confronto russo-japonês, de uma guerra longínqua contra um adversário desconhecido, mas do enfrentamento contra um inimigo tradicional, pronto a invadir o “sagrado” território da “mãe Rússia”. O fenômeno evidenciou a força dos laços de conexão entre o tsarismo e a sociedade.

Não há dúvida de que a autocracia se baseava em instrumentos repressivos de indiscutível eficiência: as Forças Armadas e a polícia política. A burocracia civil, que era “os olhos e os ouvidos do tsar”, impermeável ao controle da sociedade, constituía um conjunto de instituições que também garantia ordem e segurança. Por outro lado, e com maior peso, ela tinha à sua disposição a tradição de respeito ao poder e de obediência ao tsar, consagrados pela religião e pela Igreja ortodoxas.

No entanto, o que mais infundia confiança à autocracia, e o que a fazia resistente à necessidade de reformas políticas, era a natureza particular do poder autocrático, observada por Claudio Ingerflom, e não desvelada pelo emprego do conceito de “Estado”, construído no ocidente da Europa.¹⁰ Com efeito, a autocracia russa não se diferencia da sociedade; ela a abarca e a integra, sem mediações ou autonomias, formando com ela um todo. Ao traduzir o termo russo *Gossudarstvo* (Государство) por “Estado”, não se pode perder de vista seu significado original, de *dominium*, nem o significado próprio de *Gossudar* (Государ), ou seja, amo e proprietário de seu domínio e sujeitos. Nas concepções, e sobretudo nas práticas, o *Gossudarstvo* russo mantém sua função de dominação patrimonialista, excluindo qualquer coisa que se assemelhe a instituições autônomas e enfatizando, ao contrário, um processo de integração entre o poder do autocrata e aqueles que ele domina. É essa integração que está na base da unidade e da coesão sociais, aparecendo o patriotismo russo apenas como o “cimento” que pode proporcionar — e o faz —, em momentos críticos, a disposição para o sacrifício, se for o caso, da própria vida. Essa chave conceitual é importante porque nos permite compreender melhor o “deslizamento para o caos” que passou a caracterizar a dinâmica do império depois da queda da autocracia.

A integração suscitada pelo regime autocrático, contudo, e ao contrário do que pretende certa historiografia, não indica que se

trataria de um sistema “congelado” ou “estagnado”. Como se pode constatar, vários movimentos caracterizaram a trajetória do império ao longo dos séculos e, em particular, ao longo do século XIX.

Houve um crescimento demográfico impressionante. Entre 1860 e 1870, verificou-se um saldo positivo anual de 1 milhão de habitantes. Desde então, e até 1913, cerca de 2,4 milhões a mais por ano. Por outro lado, a expansão militar territorial registrou, ao longo de trezentos anos, um avanço médio diário de 140 quilômetros quadrados.¹¹ Como consequência da ampliação das fronteiras e da anexação de povos e culturas diferentes, configurou-se um império multinacional.

Anexando culturas e povos diferentes, não russos, ampliavam-se as fronteiras e as possibilidades de migração. Dada a preeminência russa, construiu-se uma dinâmica particular, distinta da alcançada pelas potências europeias, pois se tratava aqui da expansão continental e incluindo povos que não se sentiam inferiores aos russos e ao seu autocrata. Assim, ainda que fossem reconhecidas as margens de sua autonomia cultural e religiosa, os povos e as nações não russas nunca se conformariam com a submissão imposta, expressa numa dominação política e militar pesada. Na espreita, aguardariam brechas para manifestar sua ambição de independência.

Outro tipo de movimento despontou em função das guerras. Desde o século XVI, o tsarismo envolveu-se em conflitos bélicos com europeus e asiáticos e quase sempre saiu vitorioso. Na derrota de Napoleão, no início do século XIX, a Rússia surgiu como potência mundial. Entretanto, na Guerra da Crimeia (1853-56), evidenciou-se sua inferioridade tecnológica, econômica e militar. Segundo a análise de setores econômicos estratégicos da economia de então (carvão, ferro, ferrovias), o Império, em algumas poucas décadas, perdeu sua condição de grande potência. Tornou-se um “gigante de pés de barro”.

Nos anos 1860 e 1870, um conjunto de reformas, principalmente a abolição da servidão (1861), mas se estendendo às mais diversas áreas (administração pública, educação, justiça, Forças Armadas), abriu novos horizontes, propiciando, um pouco mais tarde, entre 1890 e 1910, um desenvolvimento capitalista notável: de 1888 a 1913, o crescimento médio foi da ordem de 5% ao ano, estimulado e apoiado pelo poder tsarista e também por importantes investimentos, realizados por Inglaterra e Alemanha, e por empréstimos internacionais, vindos da França, que fizeram o capitalismo russo, sobretudo do ponto de vista tecnológico, profundamente dependente dos capitais externos. Reformas e desenvolvimento econômico acelerado, por outro lado, são formas de movimento que geram tanto prosperidade quanto tensões e contradições, mesmo entre as elites sociais e políticas, e se mostram tanto mais agudas quanto menos se amoldavam à armadura de um poder imperial que se mantinha colado a concepções e a práticas cada vez mais anacrônicas. Outro aspecto, igualmente gerador de contrastes e de oposições, diz respeito à articulação peculiar entre *modernidade* e *atraso*, combinando de maneira inusitada e original, no conjunto do império e, às vezes, numa mesma região, localidade ou unidade de produção (agrária ou industrial), formas e relações de produção vinculadas a épocas distintas, o que Liev Trótski chamou apropriadamente, em sua *História da revolução russa*, de desenvolvimento *desigual e combinado*.¹²

A despeito disso, a grande maioria dos reformistas e dos revolucionários continuava a pensar politicamente na Rússia e no tsarismo em termos europeus.

Os primeiros desejavam uma monarquia constitucional, embora, em circunstâncias extremas, pudessem aceitar a república democrática nos moldes franceses. Defendiam um processo “pelo alto”, que mantivesse as classes populares à margem, pois a